

ANTIESTATISMO E PODER POLÍTICO

A PROPÓSITO DE ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO ANARQUISMO AO CAMPO DA TEORIA POLÍTICA¹

Clayton Peron Franco de Godoy

Agradeço em primeiro lugar à presença de todas e de todos. Minha ideia é apenas a de pontuar algumas questões que podem aquecer nosso debate e despertar curiosidade sobre o anarquismo, para quem não conhece, ou para que quem conhece possa aprofundar alguns temas, nessa tarefa de nos educarmos de maneira coletiva, tão típica do movimento.

O anarquismo pode dar contribuições decisivas para o campo da teoria política normativa (pense-se nas discussões a respeito das ideias de justiça, igualdade, federalismo, apoio mútuo), e para a dimensão analítica (crítica da burocracia, da democracia, do Estado, da ação política), além, é claro, de sua contribuição para a dimensão pragmática da política (que não será objeto de análise, pois este não é um fórum de discussão de estratégias do movimento).

Entre essas possibilidades todas de discussão, gostaria de me concentrar em uma específica, o antiestatismo. Em se tratando de perspectivas sobre a política, um dos elementos que diferenciam imediatamente o anarquismo de outras abordagens é a constituição do antiestatismo como um dos espaços instituintes da reflexão e da ação. As diferentes perspectivas da teoria política, que encerram pressupostos normativos seja do liberalismo político, do marxismo, da socialdemocracia ou do conservadorismo, sempre pensam e analisam diferentes formas de exercício do poder estatal. Assim, as teorias contemporâneas da democracia refletem basicamente sobre formas de aprimoramento da participação política na ambiência estatal, seja a participação eleitoral ou seja a participação em conselhos de políticas públicas formados em parte

¹ O presente texto constitui tão somente apontamentos básicos para a comunicação oral apresentada por ocasião do lançamento do livro *Teoria política Anarquista e Libertária*, organizado por Wallace dos Santos Moraes e Camilla Jourdan (Rio de Janeiro: Via Verita, 2016). O lançamento ocorreu no evento "Contribuições do anarquismo ao campo da teoria política", realizado na UNIFESP, campus de Guarulhos, em 1º de setembro de 2016. Agradeço ao Grupo de Estudos "Anarquismo e Lutas Populares" pelo convite para participar da mesa de discussão, juntamente com Felipe Corrêa, e pela recepção e debate das ideias aqui contidas pelas e pelos participantes participantes do evento. Optei por manter esse seu caráter original, em tom de exposição oral, sem sistematizações ou aprofundamentos próprios de um artigo, apenas com alguns acréscimos de referências bibliográficas.

por entidades da sociedade civil. Em um e noutro caso, está sempre em jogo a relação entre participação e representação, a construção de lideranças, a avaliação de políticas públicas e outros tantos temas. E, convenhamos, o que é ponto pacífico, a própria hierarquização dos temas escolhidos por cada teoria trai um interesse normativo, sobre o qual a sociologia do conhecimento já cansou de oferecer provas.

Claro, poderia ser objetado que essa é a realidade empírica com a qual lidamos: a existência do Estado. Contudo, a questão é que o anarquismo não nega a realidade empírica do Estado; antes, constrói um tipo de análise que circunscreve lógica e historicamente a sua existência. O Estado, como uma relação social, foi construído pelas interações humanas e, sendo assim, não é perene.

O antiestatismo anarquista, por ser anticapitalista, preenche uma lacuna importante do campo de reflexão política, que é a crítica radical do Estado da perspectiva dos de baixo. Com isso, interrompe, por exemplo, uma das narrativas em curso atualmente, aqui no nosso contexto brasileiro, que praticamente trata o Estado como uma dádiva para as classes subordinadas. Além disso, esse antiestatismo está longe de ser axiomático: ele é demonstrável, derivado de reflexões e práticas, e de reflexões sobre a prática, a respeito do caráter, funcionamento e natureza do poder político. Obviamente, o antiestatismo é um valor, pois estamos falando de organizar nossa vida em comum, mas não se encerra como uma perspectiva irracional, como tantas vezes a gritaria em torno do anarquismo sugere.

O que o anarquismo oferece é uma espécie de giro heurístico. Para além do destaque dado ao caráter classista do Estado contemporâneo, ou ao fato de que é um fenômeno relativo à dominação militar e burocrático-legal, abordagens que compartilha com outras tantas teorias políticas, o que põe em perspectiva é a própria lógica do Estado e da política institucional. Mais profundamente, a partir da análise do Estado põe em perspectiva a natureza do poder político, que sempre é tratada como pressuposto óbvio e eterno, ou seja, como uma relação de mando e obediência que é parte inerente e inevitável das relações humanas. O que o anarquismo faz é desnaturalizar esse poder político, contextualizando-o histórica e antropologicamente e questionando a ideia de que é um fenômeno de dominação do qual não poderíamos nos livrar.

A construção desse lugar de fala - e de ação - sempre causou e continua causando escândalo. Podemos pensar nas diversas reações imediatas que a desnaturalização do Estado e desse tipo de poder político causam. Normativamente, as respostas sempre são "ah, mas não é possível viver sem esse tipo de poder político, sem

Estado, sem representação, isso é uma ideia ingênua. Se não houver polícia, comando, as pessoas irão se matar; se não houver burocracia, as pessoas não irão fazer nada por si mesmas...". Na prática política, a reação é inevitavelmente de forte repressão, como a que se seguiu a movimentos que não tinham relação direta com partidos políticos ou que instituíram espaços públicos geridos por outras regras, como as ocupações nas escolas ou as manifestações de junho de 2013, no contexto brasileiro, ou as duras repressões do estado mexicano ao movimento docente de Oaxaca, no México, ou tantos outros exemplos que militantes de diversos movimentos autônomos podem relatar com mais propriedade do que eu. Bom, e na dimensão analítica, as reações são aquelas que pudemos ver nas interpretações dos dois fenômenos recentes que citei no Brasil, em que os comentaristas acadêmicos gabaritados ficaram procurando as relações das iniciativas populares com a esfera da política institucional ou ficaram atribuindo postos de lideranças a companheiros desses movimentos, afinal, forçosamente esses movimentos *teriam* que ter relação com a política institucional.

Kropotkin, em *O Estado e seu papel histórico*, desenvolve a ideia de que diferentes grupos humanos viveram sem Estado por milhares de anos. Ele enxerga no Estado, constituído na Europa entre os séculos XI e XVI, como um conjunto de instituições que roubaram às comunas e guildas livremente federadas da Idade Média sua autonomia, por meio da centralização política e da imposição da submissão e da disciplina, extirpando a união livre horizontal e proclamando-se como único laço possível de união entre as pessoas.

De sua perspectiva, o Estado nasce como uma conjuração, ou Tríplice Aliança, entre Igreja cristã, Direito Romano e chefia militar, que agiram de modo a articular uma concentração de funções em forma de domínio, de modo hierárquico. Na verdade, nesse texto, Kropotkin trabalha com princípios de caracterização do Estado que também são utilizados por Bakunin e por outros anarquistas. A principal delas é a ideia do Estado como concentração territorial de inúmeras funções sociais em aparatos que passam para as mãos de poucos indivíduos, uma organização apartada da sociedade. Ele destaca que as primeiras funções sociais usurpadas das comunas livres medievais foram a força militar de autodefesa e a arbitragem, que passaram a se concentrar nas mãos do príncipe, sob a forma de lei e de exércitos permanentes. A concentração desses dois poderes nas mãos do rei, ou do príncipe, fez com que fosse possível impor, pela força, as decisões de um sobre a de vários, solapando instrumentos de arbitragem e de colaboração coletiva derivados dos preceitos consuetudinários. Seguidamente, visando

seu fortalecimento, o Estado nascente foi sufocando, foi desmontando essas redes de comunas e de poderes locais.

Esse não foi um processo pacífico. Pelo contrário, Kropotkin identificou a existência dos movimentos comunialistas de resistência durante mais de cem anos, entre os séculos XI e XII, que varreram os territórios do que hoje são a França, a Escócia, a Alemanha, a Rússia, a Itália e outros países, desenvolvidos essencialmente contra os senhores de terra, ou o movimento anabatista, do século XIV, na Alemanha, Suíça e Países Baixos, que foi uma revolta direta contra a Igreja e o Estado, contra o direito canônico e o direito romano, em nome do cristianismo primitivo.

A centralização política foi finalmente atingida entre os séculos XVI e XVII, com o uso intensivo de alguns expedientes, como a aplicação de impostos, a anulação das comunas rurais, a repressão e a violência física àqueles que ainda defendiam o federalismo entre as cidades, pelo confisco das funções administrativas desempenhadas pelas guildas pela burocracia centralizada. Enfim, diferentemente do fato de terem se tornado formas de organização econômicas e sociais ultrapassadas e obstáculos ao progresso, as comunas rurais e citadinas foram ativamente privadas de suas funções pelo Estado, alienadas de seus poderes que modernamente podemos chamar, sob prejuízo da verossimilhança, de jurídicos e legislativos.

A gente pode questionar Kropotkin, claro. Principalmente as historiadoras e os historiadores aqui presentes. O ponto é que ele destaca um aspecto fundamental, a saber: sob o argumento da 'morte natural' das comunas, ou das iniciativas locais, esconde-se uma história de usurpação, de pilhagem, de extorsão e de violência, institucionalizadas como mecanismos próprios do Estado e legitimadas pela razão de Estado, que passa a se afirmar como a única forma de garantir a vida em sociedade, à custo do sacrifício da liberdade. É essa história que é apagada e higienizada nos argumentos historiográficos e das ciências sociais a respeito da 'superação' de formas econômicas e sociais.

Esse é um ponto bem importante. Por mais que a gente discorde de Kropotkin quanto à sua idealização das comunas medievais², a ideia de que é por meio desses mecanismos próprios que o Estado continuamente põe e repõe a sua autoridade e seu domínio é recorrente entre os anarquistas. A dominação é um processo dinâmico e

² René Berthier, por exemplo, em *Do Federalismo*, afirma que a abordagem de Kropotkin a respeito das comunas medievais é redutora, pois ignora os fatores materiais que conduziram à destruição das comunas, e que sua visão do federalismo é incompleta, pois concebida menos como um sistema e mais como uma "união de associações sem laços permanentes" (BERTHIER, 2011, p. 46).

repressivo, exercida pelos monopólios legítimos dos instrumentos de coerção. Bakunin, em *Deus e o Estado*, por exemplo, apresenta a força como o princípio do Estado, do direito e da moral, o que modula a sua tendência à concentração de poder político e de território, e determina suas vocações imperialista e escravista.

Mas essa dominação também é realizada por outras vias, paralelamente, e não alternativamente, como um *processo de institucionalização*. O mesmo Bakunin constrói uma perspectiva segundo a qual a concentração de poder no Estado literalmente cria uma outra classe, que é a burocracia, detentora do monopólio sobre os ativos políticos (violência e decisões sobre a vida em comum), doravante responsável e defensora da reprodução dos aparelhos estatais. Ao monopólio da força, associam-se o monopólio legítimo de produção da lei e conseqüente codificação da ordem e a exclusividade sobre o uso de ferramentas de administração da vida comum.

Deixem-me qualificar o termo. Quando digo institucionalização, estou também acompanhando Eduardo Colombo, que em *Análise do Estado* ressalta a capacidade que o Estado possui de capturar o que há de inovação, de potencial de transformação no movimento popular, e convertê-lo em coisa sua. Isso aconteceu e acontece o tempo todo com pressões democráticas vindo desde baixo da estrutura social, como a institucionalização da participação política pela via eleitoral ou via 'conselhos' e a cooptação de movimentos sociais. Colombo também levanta uma questão interessante: como as estruturas hierárquicas se projetam, se cristalizam e persistem no interior de movimentos sociais que buscam justamente combatê-las? Segundo Colombo, "é a existência do Estado, enquanto princípio de organização de toda forma social que introduz e reproduz, inclusive no seio da revolução, a heterogestão da vida" (COLOMBO, 2001, p. 30). Não estamos muito longe da afirmação de Kropotkin sobre a ficção do Estado como única garantia de unidade do social, ficção essa que conforma e molda nossas práticas e inclusive a moral política dominante.

A razão de Estado, a inscrição em pedra de que os fins justificam os meios, fundamenta, no sentido lógico e moral, todo o aparato de poder: dominação, exploração, burocracia, violência. E infiltra-se, pelo mecanismo da institucionalização, por todo o espaço social. Esse é uma constante nos escritos anarquistas: o "estatismo", no caso de Bakunin, ou o 'inconsciente estatal', no caso de Colombo, insinuam-se por todo o espaço social e pessoal. E é justamente *vis-a-vis* esse 'inconsciente estatal' que o anarquismo surge como aviltante, como herético, tal como os movimentos comunialistas citados por Kropotkin ou qualquer tipo de luta antiestatal tanto histórica como contemporânea. A

moral da razão de Estado sempre tende a associar a participação popular como uma tendência à instabilidade da sociedade e a ausência de Estado à eclosão da violência generalizada, como se fôssemos alguma espécie de bestas ensandecidas prontas a nos matarmos - e como se a violência generalizada não existisse sob o domínio do Estado.

Por sua vez, o tipo de racionalidade calculadora e maximizadora, caracterizada pelas teorias políticas concorrentes como inerente ao universo político, possui, na verdade, íntima relação com a propriedade. David Graeber, em *Um projeto de democracia*, livro recém traduzido que recomendo a leitura pelas questões que traz, mais do que pelas respostas que oferece, assinala que a racionalidade, tal como descrita pelas teorias democráticas liberais, por exemplo, está essencialmente ligada à capacidade de comandar dos homens com propriedade, que enxergam nos demais outros móveis sob seu controle. Cito Graeber: "É o tipo de cálculo que só se pode fazer quando se tem o poder de mandar os outros calarem a boca e seguirem ordens, em vez de trabalhar com eles, como pessoas livres e iguais, em busca de soluções" (GRAEBER, 2015, p. 197). Do mesmo modo, o mecanismo eleitoral, historicamente, constituiu-se como uma prática aristocrática de seleção de funcionários do Estado, tanto na Grécia antiga como na Inglaterra do séculos XIII ao XV, por oposição ao sorteio, prática democrática por excelência. Assim, é esse tipo de cálculo e esse mecanismo de seleção e de representação que estão na base de toda a teoria democrática desenvolvida a partir de uma visão de cima, como gestão de interesses já dados de antemão, antes do momento propriamente de deliberação democrática.

Assim, a forma Estado, seja pela repressão, seja pela institucionalização, dita a fixação do paradigma da dominação/submissão, da necessidade da assimetria como base das relações sociais. E fixa na gente, indivíduos e coletivos, aquela figura do jacobino governamentalista de que falava Bakunin.

A questão é que isso é o que caracteriza só a forma do poder político institucionalizado nas nossas sociedades. Sob esse aspecto, a contribuição de Pierre Clastres é absolutamente fundamental. No clássico *A sociedade contra o Estado*, Clastres analisa dois modelos de poder político, um que poderíamos chamar de modelo de comando/obediência, ou modelo coercitivo, que é aquele das sociedades com Estado, e um modelo de tipo discursivo/persuasivo, ou modelo não-coercitivo, que é o modelo da chefia indígena. Nele, a palavra do chefe não tem força de lei e ele não possui meios de coagir os demais a seguirem seus conselhos. Nesse sentido, Clastres relativiza a ideia de que o modelo de poder da sociedade ocidental seja o único ponto de referência da

reflexão política, restringindo-o como um caso particular de exercício do poder. Ele afirma que não existe sociedade sem poder, isto é, sem organização de decisões sobre a vida em comum ou sem gerenciamento dos conflitos, mas existe política sem violência. Nas sociedades contra o Estado não existe a cisão entre poder político e controle social. São sociedades que recusam o corte entre dominantes e dominados, buscando organizar o poder - ou o controle social - em uma lógica de igualdade em vez de desigualdade.

Kropotkin, naquele texto que eu citei, enumera os modos de vida dos kabilas, dos mongóis, dos malaios e dos chamados povos bárbaros que ocuparam a Europa entre os séculos V e XII como exemplos de sociedades em que predominavam sofisticadas formas descentralizadas de organização e de gestão de conflitos. Também Graeber, em *Um projeto de democracia* e em outros textos, como em *Fragmentos de uma Antropologia Anarquista* e no artigo "Nunca existiu Ocidente...", presente numa coletânea chamada *Anarquismo y Antropología*, enumera a existência de práticas de tomada de decisão igualitárias e federativas - democráticas, como ele chama - em diversos grupos e contextos: entre os quakers do século XVII, na liga iroquesa dos indígenas dos territórios atualmente sob domínio dos Estados Unidos, entre os Tiv, da Nigéria, entre os piratas do Atlântico Norte, nas tomadas de decisão no interior do movimento feminista, entre a plebe nova-iorquina por ocasião da declaração da independência norte-americana, entre os zapatistas, e por aí vai. Todos espaços fora do controle estatal ou de facções organizadas. Estou aqui elencando os exemplos que o Graeber dá. Vários de vocês devem ter outros exemplos a serem citados. O que assusta o estatismo e os estatistas são justamente essas contraprovas ao enunciado de que, na ausência de Estado, estaríamos em guerra eterna de todos contra todos, que na ausência do monopólio da violência e do arbítrio estaríamos fadados ao desentendimento contínuo e à morte, que na ausência de uma burocracia administrativa seríamos incapazes de organizar maneiras de atender às nossas necessidades sociais; enfim, essas contraprovas de que somos capazes de nos entendermos e deliberarmos de maneira humana e respeitosa.

Uma outra racionalidade, aquela que articula meios e fins sem justificar a todo custo os primeiros pelos últimos, é aquela que aflora contra o ciclo da racionalidade estatista e do modelo de poder coercitivo para mediar os sempre eternos conflitos sociais. É um tipo de acordo comum entre meios e fins construído coletivamente, sob a premissa de que não se pode gerar a liberdade por meio autoritários. Graeber alude à existência da razoabilidade, própria de tradições que não estiveram investidas com

poder de comando, como princípio oposto ao da racionalidade. A razoabilidade é a ideia de que, sem mecanismos de imposição pela força, pelo terror ou pela penúria material, isto é, em um ambiente sem possibilidade de coerção física legítima - eu acrescentaria violência simbólica -, as pessoas tendem a levar as perspectivas alheias em consideração no processo deliberativo e a decidirem por acordos mútuos. Diz ele que a razoabilidade "significa chegar a um acordo entre posições que não são, de acordo com a lógica formal, mensuráveis", possibilitando a instauração de um "terreno pragmático comum" para solucionar problemas e objetivos que sejam traçados, na própria esfera de deliberação, como comuns (GRAEBER, 2015, p. 199-201).

Com isso eu chego ao final do que eu queria colocar como questões de reflexão. O antiestatismo anarquista constitui um espaço aberto à imaginação política, do ponto de vista normativo, analítico e pragmático.

Os mesmos mecanismos de sufocamento das iniciativas antiestatais e libertárias identificado por Kropotkin em situações históricas anteriores tem curso atualmente, faz parte do funcionamento do Estado, ainda que aprimorados ou mesmo ampliados. Em síntese, os autoritários reprimem tais iniciativas e depois dizem que não deram certo porque não tinham como dar certo. Definitivamente, o Estado é uma potência que precisa constantemente se atualizar e se reposicionar enquanto tal, como potência. Daí os mecanismos repressivos e de coação de todos os tipos, ou a propedêutica de ações permitidas no âmbito a prática política, da tal moralidade jacobina.

Essa repressão funciona não somente como poder ostensivo, mas também como poder castrador: o Estado alimenta-se do medo, não só no medo da violência física que ele pode provocar contra os insurgentes, mas também da inoculação do medo de seu negativo, de sua ausência. Ora, a prova de que essas estruturas de dominação não são necessárias o anarquismo o demonstra não somente por meio das análises históricas e antropológicas citadas, mas como movimento, fazendo-as, tornando-as reais em sua própria prática.

Não sei se eu fui claro o bastante para sublinhar o suficiente o quanto a perspectiva anarquista solapa os pressupostos atuais da teoria política. Isso em pelo menos três frentes: em primeiro lugar, ao caracterizar a natureza do Estado como algo bem diverso do bem comum ou de uma acomodação tensa de interesses plurais. Em segundo lugar, ao ampliar a pesquisa política (e histórica, antropológica ou sociológica) para espaços em que, diferentes daquele da política institucional, vigoram os princípios da autogestão, da associação voluntária, da ação direta e do apoio mútuo. Finalmente, a

leitura ampliada a respeito de modelos alternativos de poder e a adoção da perspectivas dos grupos subordinados nessas relações assimétricas é uma abordagem que implode as narrativas tradicionais sobre a construção da democracia como uma especificidade do Ocidente e como uma construção dos atores situados na esfera propriamente política. Ora, o verdadeiro é justamente o oposto.

Quero terminar com uma provocação. Somos pequenos diante do Estado. Somos pequenos e somos fracos, considerando a enorme e variada concentração de meios de coerção, de repressão e de institucionalização em suas mãos. Nesse contexto, o meio é também necessariamente um fim, isto é, o processo de enfrentamento antiestatista é ele também um resultado esperado da mobilização: a forma de conseguir, quer pouco, quer muito, quer nada, importa. As lutas antiestatais trabalham no registro de uma imaginação política alargada: o que seria uma sociedade sem estado? Graeber, em *Um projeto de democracia*, considera a revolução como uma transformação cultural de longo prazo. Podemos concordar ou não. Eduardo Colombo, em *Análise do Estado*, recorda que "as lutas antiestatais produzem os efeitos desejados por meio dos fracassos sucessivos", já que ampliam a "curvatura do espaço político e social", progressivamente, alimentando a ideia, a possibilidade de práticas antiestatais e, com isso, introduzem a suspensão do medo, abrindo caminho para um "e se?", para a contestação (COLOMBO, 2001, p. 14). Essa resiliência parece ser a maior característica de uma perspectiva política, teórica e prática do anarquismo³.

Referências bibliográficas

- BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.
- BERTHIER, René. *Do Federalismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2011.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- COLOMBO, Eduardo. *Análise do Estado/O Estado como paradigma do poder*. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.
- GRAEBER, David. *Um projeto de democracia - uma história, uma crise, um movimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

³ Graeber defende a ideia de acercarmos-nos do termo "ação revolucionária" em vez do enganoso "revolução": "ação revolucionária é qualquer ação coletiva que rejeita, e portanto confronta alguma forma de poder ou dominação e, ao fazer isso, reconstitui relações sociais - mesmo no interior da coletividade. Ação revolucionária não necessariamente tem de almejar derrubar governos. Tentativas de criar comunidades autônomas diante do poder iriam, por exemplo, ser por definição ações revolucionárias. E a história nos mostra que a contínua acumulação de tais ações pode mudar (praticamente) tudo" (GRAEBER, 2004, p. 45). A eficácia desse tipo de compreensão permanece aberta à discussão.

_____. "Nunca ha existido Occidente o la democracia emerge de espacios intermedios. *In: MARTINEZ, Beltrán Roca (org.). Anarquismo y Antropología: relaciones e influencias mutuas entre la Antropología Social y el pensamiento libertario.* Madrid: La Malatesta Editorial, 2008. pp. 119-177.

_____. *Fragments of an Anarchist Antropology.* Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004.

KROPOTKIN, Piotr. *O Estado e seu papel histórico.* São Paulo: Editora Imaginário, 2000.